

O Enigma do Traumatismo Extremo. Notas sobre o trauma e a exclusão: seu impacto na subjetividade

Ensaio

Marcelo Viñar

Psicanalista didata da Associação
Psicanalítica Uruguaia.

A noção de trauma adquiriu tal extensão e amplitude, tanto na diversidade de suas causas quanto na magnitude ou intensidade de seus efeitos, que se torna necessário reconhecer sua heterogeneidade para restituir-lhe precisão e evitar que se torne um curinga, que transforma a problemática a pensar em uma torre de Babel.

É consenso que seu uso em medicina não é o mesmo que na psicanálise. Enquanto na medicina se trata de reparar o dano atual, e tudo gira em torno da adequação ou proporcionalidade entre causas e efeitos, em nosso ofício a ação *après coup* e a ressignificação – costuma-se dizer a *ressimbolização* do trauma – configuram o centro do problema, isto é, uma reparação ou cicatrização de longo fôlego que inclusive tinge a transmissão entre gerações.

O tema da sedução originária e do choque sexual primário (cuja conceitualização ocupou Freud por longo tempo e seus sucessores até o presente) tem uma relação distante com questões que envolvem o horror dos campos de concentração, do genocídio e da tortura, que foi e continua sendo uma obsessão da atualidade. Tampouco têm as mesmas coordenadas de análise o trauma que se tramita na intimidade do incesto e aquele que se desenvolve na esfera pública e massiva da violência política; o que é produto de catástrofes naturais e o que é resultado de ações humanas iníquas (cruéis), concebidas de maneira lúcida e metódica. O

tema é, pois, de uma vastidão que compele a fragmentá-lo em capítulos ou temas abarcáveis por um enfoque que possa tomar certa congruência.

Proponho-me abordar os efeitos imediatos do trauma extremo e conjecturar sobre seus efeitos de longo prazo, no que concerne à violência política (tortura e desaparecimento, guerra e genocídio) e também ao genocídio frio da marginalização e exclusão que caracterizam a organização produtiva e societária em vários países da América Latina – talvez como relíquia atual daquela mentalidade colonial tingida de uma suposta superioridade étnica dos brancos de origem europeia frente à população autóctone.

Para começar, com o devido respeito e reconhecimento às instituições convocantes e sem querer centrar o problema em uma querela de nomeações, em uma guerra nominalista, necessito expressar minha discrepância com as noções de neurose traumática, de PTSS (Post-Traumatic Stress Syndrome) e de resiliência. As primeiras têm medicalizado o problema e promovido uma taxonomia de sintomas e síndromes, que, ao enfatizar os efeitos sobre o corpo danificado, sublinha o acessório e distrai do essencial: esse é o efeito devastador sobre a estrutura psíquica do afetado e de seu entorno, na atualidade candente e no longo prazo da transmissão intergeracional.

A mais recente noção de resiliência se inspira na física: a capacidade, por exemplo, de um elástico ou de uma mola de, depois de esgarçar-se sob condições extremas, recuperar as condições originais de textura e resistência. Extrapola-se desse fato a capacidade de regeneração psíquica após condições de violência extremas. Essa noção tem a virtude de combater a pendente vitimologia do dano e de denunciar o benefício secundário dos sintomas. Aponta a abrir um desenlace criativo, em vez da menos-valia que ordinariamente se atribui à seqüela, porém comporta uma vocação normalizante que nos parece errônea e até mesmo nociva.

Seria absurdo paralisar-se numa guerra de nomes. Trata-se de resistir à medicalização do problema, que leva à ficção de uma sociedade de afetados e incólumes. Tentamos nos posicionar de outro modo, em outra lógica. Colocamo-nos na perspectiva que enfatiza ou sublinha uma noção de marca ou de inscrição, daninha e/ou saudável, e, sobretudo, postula, como consequência de um macrotraumatismo, que tudo o que somos fica tingido, de modo evidente, oculto ou sub-reptício, pela experiên-

cia traumática que teve lugar tanto no padecimento como na atividade sublimatória e criativa.

A divergência no posicionamento inicial é radical e tem pesadas consequências nas metas de um processo terapêutico e na ênfase dos itinerários a percorrer. Não é o mesmo pensar em termos de neurose traumática do que de marca e inscrição, e isso, evidentemente, tem consequências nos desenvolvimentos e na compreensão que daí derivamos.

Por conseguinte, a querela não é terminológica, mas doutrinária. Uma enfatiza o dano, a cicatrização ou a indenidade do corpo e da alma (do soma e do aparelho psíquico). Sua vocação é inscrever-se no discurso médico ou psicopatológico. Nosso posicionamento enfatiza a inscrição na cultura e na história. A mudança terminológica também aponta uma mudança de valoração, ao não considerá-lo univocamente um despojo ou infâmia, mas uma violência capaz de reverter sua dimensão daninha e nutrir um destino de criatividade.¹

Pensamos que o efeito de normalização que busca a resiliência – como a ação catártica ab-reativa com que trabalha o modelo PTSS – elude uma dimensão essencial do problema. É certo que a catarse, como recriação do momento traumático, não é apenas uma repetição alucinatória, uma vez que a presença de uma testemunha (de um ser humano auxiliador e coparticipante) é algo novo e inédito. Entretanto, conquistar esse espaço relacional íntimo é um ponto de partida, não de término. As testemunhas – em singular e em plural – são decisivas para que o narrador assuma a transmissão de sua experiência. Não há narrador sem ouvinte nem humanidade sem narração. Estamos feitos de palavras tanto quanto de carne. É nesse espaço íntimo em que se gera a produção de psiquismo, guarda-corpos e itinerários onde se constroem amores e solidões.

Porém, as figuras do mal (a tortura, a desapareição, a guerra, o genocídio) não geram experiência nem ensinamento, mas vazio representacional. A

¹ É difícil precisar – sob o risco de omissões - a lista de autores que nos ajudaram a compreender que essa distinção entre medicalização e inscrição na cultura é divórcio de águas que leva a sequências e itinerários diferentes – tanto colegas como autores da literatura concentracionária, europeus e latino-americanos. Porém, falando em Paris, não posso deixar de dar relevo e testemunho de reconhecimento aos trabalhos de Janine Altounian.

experiência catastrófica é um buraco na continuidade representacional inerente à vida psíquica. O horror e a dor extremos não geram experiência, mas espanto; não geram representações e relatos, mas o vazio representacional. Por conseguinte, o ocorrido é dificilmente transmissível e compartilhável. A palavra catártica se torna robotizada e configura uma paródia, um simulacro de seu valor de intercâmbio entre humanos. Não há processo de interiorização – subjetivação da experiência. Os soldados vinham mudos das trincheiras de Verdún, nos ensinou W. Benjamin. Tornar representável, isto é, transmissível, aquilo que suprimiu as condições de representabilidade, de produção de relato compartilhável, é árdua tarefa. Não é o mesmo a apresentação compulsiva de uma palavra catártica que o *insichgehen* (entrar em si), movimento de interiorização, de exame de si mesmo e de autorreflexão. É esse movimento que dá espessura ao acontecer, significando-o, criando uma alternância entre a experiência transitiva e a reflexiva, ou de re-instalar a diferença entre pensamento e alucinação. E é essa alternância o que se interrompe na experiência do horror.

Talvez seja mais simples e eloquente apoiar esse debate com as palavras de um anônimo sobrevivente do campo: “Quem nunca esteve em Auschwitz nunca terminará de entrar; aquele que esteve nunca terminará de sair...”. O mundo concentracionário² – como paradigma do horror – não é processável como memória; é dor insuportável e sempre atual. Como diz Semprun: “Algo de si sempre fica lá, ainda que outra parte sempre possa seguir amando, odiando, trabalhando, gestando-se em projetos ou enfurecendo-se”. Essa profunda clivagem é própria do traumatismo extremo e seu equilíbrio ou perpétua elaboração será o núcleo de preocupação do desenvolvimento deste texto.

“Quem nunca esteve no universo concentracionário jamais terminará de entrar; quem esteve jamais terminará de sair.” Como pensar o abismo dos universos simbólicos que separam um e outro; ao que parece, de maneira definitiva e irredutível? Essa sentença grudou em mim como sanguessuga (ou carrapato), se impôs para mim como assédio psíquico e como enigma a decifrar. Um colega alemão, Hans Stoffels, comenta que, depois de escrever sua “Divina Comédia”, Dante passou a ser evitado pelos habitantes de Verona, porque havia visitado o inferno.

² Nota do tradutor: Referente a campo de concentração.

Como conceber, então, a especificidade da memória do terror? A experiência do espanto, como dissemos, não gera ensinamento nem experiência, mas vazio representacional. A dor originária do trauma se reitera alucinatoriamente, e são lentos os recursos psíquicos para fazer com que esse animal furioso, que é a alucinação, se torne metabolizável; e que se consiga não digo domesticá-la, mas ao menos fazê-la menos incandescente, e que no lugar da sideração do sujeito possam surgir representações psíquicas que adquiram significância para o portador afetado.

Sabemos que as palavras aludem e representam os fatos, por vezes em proximidade, outras vezes a uma distância inexorável. Eu posso dizer: “estou apaixonado” ou “estou horrorizado”, ou, mais pontualmente, “ontem fiz amor ou tive um orgasmo” e posso dotar essas afirmações da máxima trivialização ou, ao contrário, acender-me de emoção. Em outros termos, dessas experiências podemos fazer uma palavra plena ou uma palavra oca. Do espaço de intimidade próprio da simbolização não se dispõe como dado inicial originário, assim como dispomos do ar que respiramos, da luz e das cores para poder ver, mas é um registro que se constrói trabalhosamente e se conquista aleatoriamente. Ou se consegue construir ou se fracassa nesse objetivo. É a distância entre a comunicação ordinária e a poética. Para poder falar, sempre se necessitam dois, mesmo que o outro seja o si próprio, e essa tensão entre experiência imediata e pensamento é imprescindível. No entanto, se a distância entre o fato experiencial e sua representação é sempre problemática, essa dificuldade se multiplica de modo exponencial nas zonas extremas do prazer e do horror. A linguagem não é a verdade, diz Paul Auster, porém é nossa maneira de residir no mundo. E ainda quando *pathos* habite e até inunde as palavras, ainda é fundamental distinguir entre o afeto catártico da palavra evacuativa e diferenciá-la da dura experiência interior da palavra que expressa a dor psíquica. Chegar a esse ponto é árido e árduo – talvez seja a parte mais longa e entediante de um processo terapêutico –, porém este não é um ponto de chegada, mas apenas o de partida. É ali que cessam os trilhos alucinatórios da repetição traumática, essa sideração da experiência que não pode ligar nem expulsar o espanto e se paralisa no terror. O que algum autor chama de colapso na transicionalidade entre alucinação e pensamento, que brota como a aresta mais visível da chamada neurose traumática ou de guerra. Outra vez, as palavras de Semprun:

É necessário que apareça um ego da narração que se tenha alimentado da minha vivência, porém que a supere, que seja capaz de inserir nela o vivido e o imaginário, a ficção e, por conseguinte, a ilusão. Uma ficção que fosse tão ilustrativa como a verdade, que contribuísse a que a verdade fosse verossímil e não siderante.

Nada do que propusemos se parece à cicatrização do PTSS ou à normalização psíquica a qual aponta a resiliência. Trata-se de reconhecer no trauma massivo da barbárie totalitária não apenas os danos corporais que a medicina deve reconhecer e tratar, não só a sintomatologia psíquica, que a medicina integral ou psiquiátrica pode contribuir a atenuar, mas centrar ali o registro de que o ser humano é um ser falante. E sua condição de ser político – como se sabe desde Aristóteles – não é um atributo adjetivo, mas uma condição constitutiva de sua humanidade. Essa utopia é tão inalcançável como imprescindível, irrenunciável. Sem ela, a solidariedade lúcida e consciente cai fatalmente no tobogã do assistencialismo altruísta e reinstala no par terapêutico a dicotomia do doente e do ileso. E nesse mundo de injustiça quem está isento de ser vítima, vitimário ou cúmplice de violência política? Por isso é necessário manter essa utopia como uma referência: quem está doente é o laço social, não a vítima. Quando o trauma da violência política reassume seu verdadeiro estatuto, o de ato político e não o de doença, então o processo terapêutico será interminável, tão longo como a história da humanidade. “Eu não sou um doente, mas a expressão de meu tempo”, dizia Hans Mayer, logo Jean Améry, em “Além do Crime e Castigo” (*Au delà du crime et du châtiment*).

Vocês devem recordar o pesadelo recorrente do Primo Levi no KZ: sonhava com o reencontro com seus seres queridos e, em meio à narração de suas penúrias, aqueles se distanciavam frios e indiferentes... Da tortura “[...] ninguém quer saber, ninguém pode crer”, martelava M. de Certeau, e a alienação incrédula redobra a intensidade patógena do traumatismo. A empatia da testemunha implicada é decisiva na recuperação do afetado.

As mães e avós dos desaparecidos, as loucas da Praça de Maio³, com seu perambular silencioso com a imagem de seus filhos, socializando lutos, penas e dores, mudaram o curso da história de nosso continente com seu

³ MANGO, Edmundo Gomes. **El llamado de los desaparecidos**. Montevideu: Cal e Canto, 2004.

combate insubornável pela memória. À memória oficial de celebração patriótica que impunham as ditaduras foram tecendo, passo a passo, o laço social desgarrado pela tirania. Não anos, mas décadas de trabalho e esforço, o tempo que consome reverter o mandato de silêncio, a proscricção de memória em prescrição de memória. “*Unfinishable business*” (assunto interminável) é o título de um poema alusivo que Primo Levi escreveu pouco antes de sua morte. Assim ocorreu com o genocídio armênio, com a Shoah, com as desapareções na América Latina, confirmando que se requerem três gerações para construir e modelar a humanidade de um ser humano.

Sabemos que o terror emudece e encerra a vítima em sua dor e em seu silêncio⁴. Isso ocorre no horror quente da guerra, do genocídio ou da tortura ou no horror gélido da marginalização e da exclusão, que privam o sujeito de seu direito a ter direitos. A cura, que em medicina é o silêncio dos órgãos, no trauma é o retorno da vítima a sua condição de sujeito, a sua condição de ser falante (*parlêtre*) e cidadão. Recorrer, palmo a palmo, o caminho da reparação sempre é um caminho singular e diferente, porém sempre passa por resgatar a palavra e restituir uma memória apta a configurar um presente e projetar um porvir.

A multidão daqueles que não viveram o suficiente...
 Não é uma carpideira o que lhes faz falta, mas um adivinho.
 Faz falta um Édipo que lhes explique seus próprios enigmas, de cujo sentido não dispõem.
 É necessário escutar as palavras que jamais foram ditas,
 que ficaram no fundo dos corações (remexam o vosso, ali as encontrarão).
 É necessário fazer falar os silêncios da história.⁵

Trago essa citação para evitar a suspeita de um sectarismo psicanalítico,

⁴ Op. cit.

⁵ “La foule de ceux qui n’ont pas vécu assez...
 Ce n’est pas une pleureuse qu’il leur faut c’est un devin.
 Il leur faut un Oedipe que leur explique son propre énigme dont ils n’ont pas les sens.
 Il faut entendre des mots que ne furent jamais dites, qui restèrent au fond des coeurs (fouillez le votre, ils y sont) .
 Il faut faire parler les silences de l’histoire”.

esclarecendo que não foi nenhum grande psicanalista quem a pronunciou, mas sim Jean Michelet, em seu “*Journal de 30 de janvier de 1842*”⁶. Para uma humanidade capturada pela jactância do progresso civilizatório, a data é estremecedora e pioneira da palavra criadora como fator terapêutico.

Escolho essa citação, pronunciada há mais de um século e meio, porque vai na direção pertinente e precisa de desmedicalizar o problema do trauma massivo, de estender uma ponte no abismo aparentemente infranqueável entre quem viveu e quem não viveu o horror da experiência concentracionária ou do genocídio frio e às vezes imperceptível da exclusão, que tantas vezes tratamos com o recurso da “distração cortês”. Escolho essa citação porque visa romper a dicotomia falaz de que há afetados e ilesos dessa noxa inexorável e temível que a civilização segue produzindo, como argumenta Z. Bauman em sua “*Wasted Lives*” (Vidas Desperdiçadas) e em “*Modernidade e Holocausto*”.

Escolho essa citação porque aponta ao, reitero, estabelecimento de um espaço humano – compartilhado e coloquial – onde havia alienação e desconhecimento (incluo a medicalização nesse sentido) e porque situa ou re-situa o trauma massivo em dois eixos essenciais: a condição falante do ser humano e seu imperativo de transmissão entre gerações. Estamos convencidos de que, aquém ou além do trauma, são imprescindíveis ao menos três gerações para construir e modelar o perfil de um ser humano; de que nosso nascimento não é só produto da união de um óvulo e um espermatozóide, nem a dotação genética que lhe é inerente, mas que somos herdeiros e mensageiros ou porta-vozes do desejo parental e de suas proibições, sejam essas explícitas ou inconscientes, e é através delas que chegam as claves e mandatos da linguagem e da cultura. Ou, para dizê-lo com as palavras de Marc Auge, em “*Antropologia da Vida Cotidiana*”:

O par natureza-cultura é indissolúvel na condição humana e coextensiva a sua condição de falante. Não há dicotomia entre o homem individual e o homem cultural. A identidade individual é na e pela relação com outros homens. A relação com o outro pode ser de

⁶ CONSEIL DES EGLISES du Moyen Orient. *Traumatismos et Ruptures: Colloque International conseil des eglises du Moyen orient*. C. H. Universitaire Beyrouth, Liban.

exterioridade (o outro como distante e externo) ou de proximidade participante (empatia e interioridade).

A observação panóptica reificante ou o estabelecimento de um campo dialógico são as alternativas opostas nas quais estão em jogo um encontro ou um desencontro entre seres humanos. A compreensão dos efeitos e das consequências do trauma e a exclusão são apenas um capítulo (relevante e crucial, sem dúvida) dessa lógica na gênese da condição humana que nossa clínica às vezes desconhece. Só nos humanizamos por meio de pertencimentos e lealdades conflitantes com nossos ancestrais e contemporâneos, no interior de uma língua e de uma cultura, em continuidade ou em ruptura com a tradição, tramitando dores e alegrias de nossos ascendentes e constituindo um espaço próprio que iremos transmitindo a nossos descendentes. Como lucidamente postula H. Arendt: “Devemos abandonar a noção de identidade humana como mesmidade autorreferida: a humanidade dos homens apenas faz relevo no marco de copertencimento ao mundo de outros homens”.

Diz Imre Kertész:

O historiador francês Renan, ‘expert’ na questão, assinala que nem a raça nem a língua determinam uma nação; os homens percebem em seu coração que seus pensamentos e sentimentos são afins, como o são suas recordações e ilusões. Eu, sem dúvida, me dei conta muito cedo de que recordava tudo de outra maneira e que minhas ilusões se distinguiam daquilo que a pátria exigia de mim. Essa diferença, considerada vergonhosa, ardia em mim como um segredo e me excluía do altissonante consenso ao meu redor, do mundo unânime dos homens. Carregava meu ‘eu’ com um sentimento de culpa e com uma sensação de consciência cindida até que – muito mais tarde – me dei conta de que não era uma doença, mas sim saúde, e que qualquer perda ficava recompensada pela lucidez e pelo ganho espiritual. Viver com um sentimento de desamparo: hoje em dia é provavelmente o estado moral em que, resistindo, podemos ser fiéis a nossa época⁷.

Como dizia Freud: “Os escritores sabem mais que os psicanalistas”, e a citação do prêmio Nobel de literatura poderia escrever-se como o objetivo de um processo terapêutico.

⁷ Conferência de Imre Kertész intitulada “Pátria, Lar, País” .

É nessas coordenadas – e não no contraponto entre o silêncio ou a estridência dos sintomas – que se põem em jogo o processo elaborativo do trauma e a exclusão, que não são doenças do aparelho psíquico de um indivíduo, mas doenças do laço social. Porque não é a mesma coisa transitar e tramitar o legado jubiloso com que, se supõe, a espécie humana acolhe e prodigaliza os seus, do que ser herdeiro da ignomínia, da humilhação e da vergonha dos ascendentes desonrados.

Já faz um século, em *Totem e Tabu*, Freud afirmava que nenhum ato significativo de uma geração, mais ainda se vergonhoso, poderia ser ocultado à seguinte. A intimidade familiar é a caixa de ressonância que amplifica a peripécia da dor interior do traumatizado. O assédio recorrente de uma origem vergonhosa e humilhante transita sem fim ao longo das gerações, como sagazmente apontava Michelet há um século e meio. A nobre tarefa de nossas instituições solidárias e de nossos consultórios, sendo necessária, não é suficiente. Não se trata do uso midiático da tortura ou do genocídio como espetáculo do horror, comovedor, mas espetáculo ao fim e ao cabo; trata-se, sim, de vencer o escândalo e a repugnância que nos dá devolver à luz, à cena pública, uma das facetas mais abjetas de que nossa espécie é capaz. É o que chamamos de progresso civilizatório o que se desloca, por vezes, na direção de um retorno à barbárie. A comunidade preocupada não apenas como espectador indiferente, mas como testemunha comprometida ou cúmplice por omissão é o pólo que triangula a tarefa de reparação, que não apenas nos concerne como profissionais, mas também como cidadãos. A sensibilização massiva pela denúncia do crime em eventos como esse é tão reparadora e terapêutica como o empenho de nossa clínica. Tarefa de longo fôlego, talvez interminável. Recordemos como a pequena primeira edição da “Espécie Humana”, de Robert Antelme, levou mais de uma década para esgotar-se, quando então passou a ser uma leitura ineludível. As leis de impunidade e “ponto final” sufocaram a memória pública durante décadas na América Latina. Houve longos anos em que apenas alguns poucos abordávamos esses assuntos, e o gemido das vítimas era tratado de forma alienada, quando não burlesca e com ódio, pela maioria pensante. Hoje, um pujante movimento de direitos humanos, de justiça e de condenação aos crimes de lesão à humanidade percorre o continente e o planeta e se

institucionalizou na Convenção Internacional pela Abolição da Tortura e no Tribunal de Haya, com exceção de Bush e de seguidores.

Todos sabemos sobre a importância e sobre os limites desse tipo de instituição, como, da mesma forma, da massa anônima militante a que chamamos ‘opinião pública mundial’. Quero terminar com a já conhecida lição de que o horror do trauma cresce na obscuridade do segredo e na impunidade, e declina quando assumimos a responsabilidade e o risco de sua denúncia, mesmo com a explosão do escândalo e da impunidade. Termino com a epígrafe do livro de meu amigo Daniel Gil “O terror e a tortura”, no qual evoca um provérbio chinês: “Há temas que não agradam a ninguém. Tampouco a mim”.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA

Marcelo N. Viñar
Joaquín Núñez 2946
C.P. 11300 Montevideo – Uruguay
Tel. (5982) 711 7426
e-mail: marvin@belvil.net